EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA ___ VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXX.

DIVÓRCIO LITIGIOSO

I- DOS FATOS:

A Requerente e o Requerido convolaram núpcias em XX de XXXXX de XXXX, sob o regime de comunhão parcial de bens e já estão separados de fato há anos.

Não há qualquer possibilidade de reconstituição da vida em comum, de forma que a Requerente pretende a dissolução do matrimônio.

II- DOS FILHOS:

Da união do casal advieram dois filhos: **FULANO DE TAL e FULANO DE TAL**, nascidos, respectivamente em XX/XX/XXXX e XX/XX/XXXX.

A requerente requer que os menores fiquem sob sua guarda e responsabilidade, como de fato já estão desde a separação de fato do casal.

No que se refere ao direito de visitas aos filhos menores, a requerente não pretende alijá-lo de seu direito, ocorre que desde a separação o requerido não demonstrou interesse pelos filhos, aliás, sequer chegou a visitá-los.

Quanto aos alimentos, calha asseverar que o Requerido é caminhoneiro e percebe renda aproximada de R\$ XXXXX (XXXXXXX) mensais e pode prestar alimentos para os menores no valor de um salário mínimo (sendo X% para cada filho), depositando o referido valor na conta bancária da genetriz dos menores.

III - DOS BENS:

Na constância do casamento o casal não adquiriu bens, tampouco dívidas.

IV- DO NOME:

A Requerente voltará a usar o nome de solteira: **FULANO DE TAL**.

V - DA PENSÃO ALIMENTÍCIA ENTRE OS CÔNJUGES:

A Requerente dispensa o Requerido do pagamento de pensão alimentícia, por possuir meios próprios de subsistência e requer ser dispensada de prestar alimentos ao requerido.

VI - DO DIREITO

Dos fatos narrados, não há alternativa à Requerente, a não ser buscar a proteção do órgão jurisdicional para ver satisfeita a sua pretensão, consistente na dissolução do matrimônio por meio da decretação do divórcio, por não haver possibilidade de reconstituição da vida em comum.

Posto isso, requer:

- os benefícios da Justiça gratuita por ser hipossuficiente, conforme declaração anexa;
 - 2) a intimação do Ministério Público;
- 3) citação do Requerido, **POR CARTA PRECATÓRIA**, para responder, se quiser, aos termos do presente pedido, sob pena de revelia.
- 4) seja julgado procedente o pedido, decretando-se o divórcio do casal:
- 5) após o trânsito em julgado da sentença, seja expedido o competente mandado ao Xº OFÍCIO DE NOTAS, REGISTROS CIVIL E PROTESTO DE TÍTULOS XXXXXXXXX, para fins de averbação, com observação do constante no item IV:
- 6) a procedência do pedido para que lhe seja deferida a guarda unilateral dos filhos menores;
- 7) a condenação do requerido ao pagamento de alimentos aos filhos, no valor de um salário mínimo mensal, sendo X% (XXXXXX por cento) para cada filho, a ser depositado até o dia X (XXXX) de

cada mês, na conta poupança da representante legal dos menores, junto à Banco Tak, agência XXXXX, operação XXXX, conta XXXXXXXX;

8) a condenação do Requerido ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, os últimos a serem revertidos ao Fundo de Apoio e Aparelhamento do Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal – PROJUR, na forma da Lei Complementar Distrital nº 744, de 4-12-2007, Decreto n. 28.757, de 2008, devendo ser recolhidos mediante DAR – Documento de Arrecadação, Código de Receita n.3746 – Honorários de advogados.

Requer provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, em especial pelas testemunhas arroladas abaixo.

Atribui-se à causa o valor de R\$ XXXXX (XXXXXXXX).

Nesses termos, pede deferimento.

Brasília, XX de XXXXXXX de XXXXX.

FULANO DE TAL

Requerente

ROL DE TESTEMUNHAS:

- **3. FULANO DE TAL,** nacionalidade, estado civil, profissão, domiciliada em XXXXXXX, e residente na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, telefone: XXXXXXX.